



PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE SURDA: ARTICULAÇÕES A PARTIR DA CULTURA

Liane Camatti¹Márcia Lise Lunardi-Lazzarin²

Resumo

A comunidade surda vem sendo frequentemente entendida como um espaço de segurança no qual a diferença surda pode ser vivida com confiabilidade e acolhimento. O objetivo deste artigo é compreender como a comunidade surda se organiza e chega a ser narrada como tal. Partiu-se de estudos de vertente pós-estruturalista para analisar a materialidade produzida para esta pesquisa. Foram realizadas entrevistas com professores e alunos surdos, integrantes de escolas específicas para surdos e participantes ativos dos movimentos comunitários. Com a análise da materialidade, discutiu-se que pertencer a uma comunidade implica vincular-se a um código de convívio que se forja a partir de uma intencionalidade comum. No caso da comunidade surda, a referência que pauta a sua organização é o que se convencionou chamar de artefatos culturais do povo surdo. Entretanto, a relação de pertencimento à comunidade pode ser delimitada pelo quanto cada sujeito pode/deseja mover-se pela sua lei. Vê-se, assim, que o agrupamento comunitário agrega muitos elementos além do simples sentimento de ser surdo, justificado unicamente pelo compartilhamento da mesma cultura.

Palavras-chave: Organização Comunitária; Cultura Surda; Comunidade Surda

¹ Doutoranda em Educação, Professora do Departamento de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria. Endereço: Avenida Roraima, n. 1000, prédio 16, sala 3150A. Bairro Camobi. Santa Maria/RS, Brasil. CEP: 97105-900. Endereço eletrônico: lianecamatti@yahoo.com.br

² Doutora em Educação, Professora Associada do Departamento de Educação Especial e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Endereço: Av. Roraima, n. 1000, prédio 16, sala 3150A. Cidade Universitária, Santa Maria/RS, Brasil. CEP- 97105-900. Endereço eletrônico: lunazza@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é um desdobramento de uma pesquisa de Mestrado que, na íntegra, teve por objetivo central discutir como se dá a produção do sujeito pedagógico surdo a partir da aproximação ou do afastamento entre comunidade e escola específica para surdos³. Durante o desenvolvimento do estudo, tanto escola quanto comunidade apareceram na centralidade dos processos de constituição de modos específicos de ser surdo, sobretudo pelo investimento comunitário na formação de um perfil político que se efetiva com facilidade através dos processos de pedagogização escolar.

Assim, um dos aspectos que aquela pesquisa possibilitou compreender foi de que a retórica em torno das práticas culturais surdas aparece na centralidade da discussão sobre a sua comunidade. Esta vem sendo frequentemente entendida como um espaço de segurança no qual a diferença surda pode ser vivida com confiabilidade e acolhimento. Isso se torna possível a partir da tomada da cultura como modo legítimo de demarcação de modos de vida e de conquistas sociais.

Para este momento, então, se propõe voltar o olhar para a comunidade surda em si. A problematização que moverá o desenvolvimento deste artigo é, portanto: *como a comunidade surda se organiza e chega a ser narrada como um local privilegiado de conforto e segurança para a diferença surda?* Ainda, como uma questão secundária: *como as condições de pertencimento à comunidade surda são condicionadas ao movimento de legitimação de seu capital cultural e ao compartilhamento deste por seus membros?*

Para contemplar o objetivo proposto, foram organizadas duas seções principais. Na primeira delas será apresentado o delineamento teórico-metodológico do artigo, desde os sujeitos de pesquisa, a abrangência geográfica, a técnica de produção de dados e a inscrição teórica que fornece as condições de partida. Na sequência está a seção principal do texto, na qual ocorrem as análises da materialidade a partir do objetivo de compreender como se dá a organização da comunidade surda, sobretudo em torno do que se convencionou chamar de cultura surda.

2 DELINEAMENTO DA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

³ Trata-se da Dissertação intitulada "A emergência do sujeito pedagógico surdo no espaço de convergência entre comunidade e escola de surdos" (2011), desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSM) de autoria de Liane Camatti e orientada pela Professora Doutora Márcia Lise Lunardi-Lazzarin.

O Estado do Rio Grande do Sul possui em diferentes cidades escolas específicas para surdos, as quais têm grande destaque e relevância para a sua comunidade por serem fruto de lutas históricas empreendidas por ela. Para a realização deste estudo foram entrevistados professores e alunos surdos, integrantes de escolas de surdos e participantes ativos dos movimentos comunitários de três cidades gaúchas: Caxias do Sul, Porto Alegre e Santa Maria.

O desenvolvimento desta análise se dá a partir das discussões com os surdos pesquisados. Para esse empreendimento, há uma munção de materialidade relevante, já que esta foi produzida com sujeitos que constituem diferentes contextos da comunidade surda⁴ e que por eles são constituídos. Porém, uma ressalva metodológica se faz necessária aqui. A análise realizada não incidiu “nas opiniões ou falas de indivíduos específicos”. Não se trata, portanto, de tentar elucidar a forma como pensa cada surdo através de suas opiniões sobre a comunidade surda. Fazer isso seria levantar dados estanques, passíveis de interpretações.

Essa tarefa seria totalmente em vão, tendo em vista que apenas resultaria no registro efetivo de falas que há tempos são recorrentes no seio da comunidade surda. Mais ainda, caso a investigação ficasse baseada nessa forma de abordar a materialidade elegida, resultaria mais um discurso totalizante, tentando provar, por meios quantitativos, a positividade da comunidade surda e os preceitos mais aceitáveis para a sua organização. Parte-se, então, do entendimento de que as opiniões dos entrevistados têm efeitos de comentários que reorganizam discursos sobre a escola e sobre a comunidade e de que só o são assim por circunstâncias, por acontecimentos que tornam “autores” efetivamente os sujeitos que emitem as opiniões.

Neste momento, é possível utilizar a noção de “autor” proposta por Michel Foucault. Isso não pela busca das “identidades” dos falantes. Tal noção é útil aqui se considerarmos que, para Foucault, o autor não deve ser tomado como o indivíduo falante ou que escreveu um texto, mas “como o princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (2008, p. 26). Assim, essa autoria só aparece a partir do agrupamento, organização e ordenamento de discursos rearranjados em processos circunstanciais, dependentes e forjados em acontecimentos à volta.

⁴ É comum que surdos e também ouvintes façam uma discriminação comunitária local, ou seja, comunidade surda gaúcha, comunidade surda porto-alegrense, comunidade surda caxiense, comunidade surda santa-mariense, etc. Apesar de ser corrente esta prática, assume-se aqui a comunidade surda de forma geral, com o respaldo de contar com sujeitos surdos de diferentes contextos geográficos e, conseqüentemente, históricos.

O acento teórico do qual parte esta pesquisa é a perspectiva pós-estruturalista. Tal escolha se justifica pela possibilidade oferecida pela perspectiva de tensionar conceitos centrais como comunidade e cultura sem compreendê-las como entidades físicas ou conceituais dadas a priori. Além disso, compreender a surdez como marca física, faz com que a comunidade dos surdos se constitua nos limites da normalidade. Esta questão, eminentemente histórica, não pode ser aqui explorada em minúcias, mas trata-se de uma faceta importante nas possibilidades de organização, manutenção e atuação da própria comunidade surda. É nesse jogo que a perspectiva pós-estruturalista permite a discussão do espaço comunitário e de sua organização – não hermética, não rígida, mas fluida e contingente.

O filósofo francês Gilles Deleuze defendeu o roubo de produções filosóficas, atribuindo a isso certa positividade, na medida em que o fruto do roubo, confrontado com novos objetos, se converte em criações diferenciadas, pois é inevitável que o objeto da apropriação seja transformado por quem dele se apropria (GALLO, 2008). Assim, incorpora-se neste trabalho o roubo, mas roubo que não é plágio, nem cópia, tampouco imitação. São trazidos conceitos, ideias, produções de autores que se fazem oportunas e que servem ao objetivo de pensar acerca da comunidade surda. Marcar as “vítimas” centrais deste trabalho possibilita balizar teoricamente este estudo e colocá-lo em determinado lugar em detrimento de outros, fazendo com que os frutos dos “roubos” operem a serviço da análise que se busca fazer aqui.

Talvez até mesmo pelo léxico sugestivo, a obra de Zigmunt Bauman é bastante oportuna em razão da busca por compreender, inicialmente de forma geral, a maneira pela qual grupos humanos convergem e se articulam em comunidades. No entanto, ao considerar que nesta pesquisa interessam as possibilidades oferecidas pela comunidade dos surdos, então outras questões devem, necessariamente, permear a discussão sobre o território comunitário, por sua peculiaridade e pela forma como a surdez se constitui em meio a regimes de poder. Para conter a abrangência dessas questões é trazido aqui o ponto-chave: as práticas de organização comunitária e de congregação dos surdos a partir da cultura surda. Entretanto, antes de discuti-lo, vale a pena mencionar a condição de onde é possível dissertar sobre ele.

Trata-se da configuração do presente, classificada como *pós-modernidade*, *modernidade líquida* ou *contemporaneidade*, que deve, ainda que minimamente, ser considerada durante as abordagens acerca da comunidade. Não se põe como preocupação melhor nomear este presente ou argumentar exaustivamente sobre seus contornos; o que

importa aqui é considerar que a configuração política deste início de século XXI afeta diretamente os modos de operar da comunidade. Como um fenômeno, “[...] o comunitarismo é uma reação esperável à acelerada ‘liquefação’ da vida moderna” (BAUMAN, 2001, p. 195). Pode-se dizer que as comunidades deste tempo entram em jogos, modificam suas estruturas e buscam novas estratégias para que não sejam perdidas as suas forças e não se desvançam suas fronteiras.

Feitas as delimitações da condição de partida, na próxima seção será desenvolvida a análise da materialidade tendo em vista as problematizações elencadas no início do artigo.

3 PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE SURDA. CONGREGAÇÃO EM TORNO DA CULTURA

Talvez pareça paradoxal tentar elencar uma estrutura em um trabalho que calca seus contornos na contingência da produção da “realidade”. O que segue, para (quicá) melhor dizer, é uma leitura das possibilidades de organização comunitária, sem a tentativa de fixar algo e sempre entendendo a construção que possibilita a articulação contemporânea de uma comunidade. Dessa forma, intenta-se pensar na seguinte questão:

Enquanto que nossas autoridades políticas, profissionais, morais e culturais ainda falam com alegria na ‘sociedade’, o próprio significado e a saliência ética do termo são questionados, uma vez que a ‘sociedade’ é percebida como dissociada numa variedade de comunidades éticas e culturais com *fidelidades incompatíveis* e *obrigações incomensuráveis* (ROSE, 1996, p. 353, grifo nosso).

Parece que o objetivo desta investigação é abordar exatamente o que tange às *obrigações incomensuráveis* e às *fidelidades incompatíveis* que servem como fulcro da comunidade surda. De certa forma, isso será abordado mais adiante. Antes de pensar especificamente nas técnicas que circunscrevem as formações comunitárias, é possível e relevante abordar a forma como elas vêm, progressivamente, tomando o espaço outrora ocupado pelo social como lócus para a configuração do território do governo. Em outros termos, antes de falar em organização comunitária, no sentimento ou na lei que move a comunidade surda, abre-se um parêntese para situar as comunidades diante da vastidão do social.

Rose (1996) aponta que o social parece estar cedendo espaço para a comunidade, constituindo reconfigurações do território de governo e das estratégias de investimento nos sujeitos em termos da sua existência individual e coletiva. O território comunitário passa a ser um “novo plano de superfície sobre o qual sejam conceituadas e administradas as relações micromorais entre as pessoas” (p. 331). De forma distinta, social e comunidade utilizam práticas de identificação que abrangem os cidadãos. Isso acontece de forma mais alargada, no caso do primeiro, ou através do investimento em estratégias de identificação dos seus membros de forma próxima, direta. Isso é possível em razão de que a identificação se dá a partir de características já presentes nos sujeitos (características de raça, cor, classe social, deficiência, etc.).

As estratégias de governo têm incidido em níveis organizacionais como as comunidades. O investimento nesses espaços marca a paulatina despreocupação com o social para fins de governo. Tal mudança acompanha a reorganização da lógica de mercado que outrora possibilitava a manutenção do território social a partir das economias nacionais. A partir de então, a transnacionalização econômica, que produz uma grande concentração de pessoas mundialmente conectadas, promove a *desterritorialização do social*. Com esse fenômeno, tem-se que, através de racionalidades específicas, busca-se “[...] governar sem governar a *sociedade*, governar através de escolhas regradas feitas por atores distintos e autônomos no contexto dos seus comprometimentos particulares com as famílias e as comunidades” (ROSE, 1996, p. 328, grifo do autor).

A partir disso, parece ser possível propor uma virada no entendimento das práticas de organização da comunidade. Passa a ser tangível alocá-las nesse jogo de governo e entender que muitas das articulações que compõem a comunidade surda assim o são circunstancialmente, e não por alguma “vocaçãõ” colada ao sujeito que nasce com a marca da surdez.

Já voltando o olhar sobre a organização comunitária, o capítulo introdutório do livro *Comunidade*, de Zygmunt Bauman (2003), localiza a comunidade como um território inquestionável, seguro, positivo, confortável e aconchegante. Feitas as devidas adjetivações iniciais desse espaço, não é difícil compreender que os grupos humanos, em busca dessa segurança oferecida pela comunidade, a busquem. A comunidade é vivida por sujeitos que compartilham características que lhes fazem buscar esse espaço comum. Nesse contexto, também é fácil compreender a busca dos sujeitos surdos pelo acolhimento na comunidade minoritária, no grupo que os protege, que lhes proporciona segurança, confiabilidade e

acolhimento. Despertados tais sentimentos, a comunidade funciona como uma mola propulsora que incute em seus membros uma mobilização em busca de um pretense *mesmo*, já que, numa comunidade, “nunca somos estranhos entre nós” (BAUMAN, 2003, p. 8).

Esposito (2009) abordou a incerta etimologia do termo *comunidade*, apontando que as maiores probabilidades são de que a origem latina do termo deriva de *cum* (com) e *munus* ou *munia* (função, tarefa, dever). Tal busca pela origem do termo tem relevância acentuada, uma vez que evidencia que a formação de uma comunidade não se dá – e nem poderia dar-se – por quaisquer reuniões de sujeitos. Trata-se da instituição de um vínculo por uma lei comum. A comunidade é como tal pela lei que a constitui “[...] no sentido de que a lei comum não prescreve outra coisa se não a exigência da própria comunidade” (ESPOSITO, 2009, p. 25).

Retornando ao empréstimo da obra de Bauman, a comunidade, tão sonhada e almejada, põe-se aos sujeitos como um paraíso perdido, dada a impossibilidade de alcançar, em última instância, todos os elementos que ela carrega consigo em sua idealizada “essência”. Seguindo com Esposito (2009), a comunidade, ao fazer sentido somente a partir da própria lei comum – lei que se forja nas debilidades humanas –, carrega o paradoxo de ser necessária e impossível por almejar o que precede toda possível realização, almejar ser o que já é.

Tais considerações são pertinentes por contribuírem com a possibilidade de colocar em suspenso a naturalidade da congregação de identidades. Aqui entra em jogo a formação identitária, mesmo que a comunidade segura, confortável, intolerante ao que lhe é externo, não seja alcançável. As identidades aparecem com certa força, buscando identidades mesmas que compartilhem justamente as mesmas fragilidades; justifica-se, assim, a busca da coletividade como proteção contra incertezas individualmente enfrentadas.

O sentimento de igualdade, de estar entre os *mesmos* no seio comunitário, não advém propriamente de uma uniformização – seria imprudente considerar a unicidade identitária dentro de uma comunidade. Tampouco seria possível dizer que dentro dela se podem traçar, classificar as identidades em um número restrito. Para isso, a própria comunidade surda já recorreu a características, geralmente ligadas a atributos físicos – surdos profundos ou não, usuários de língua de sinais ou não, deficientes auditivos ou não, etc. – e ao tempo em contato com a língua. Não é disso que se trata. A multiplicidade de identidades dentro de uma mesma comunidade é inevitável. Ali, a diferença também existe, mas é uma diferença higienizada, já que admite diferenças, desde que não represente contraponto à lei ou ao dever que sustenta a comunidade. Caso isso ocorra, caso seja ferida a lei, é posta em suspenso a efetividade de um

membro, já que, por fim, o que se tem em comum é um código de convívio que se forja a partir da mesma *intencionalidade*.

Em muitos casos, os surdos que cresceram longe da escola e da comunidade acabam não constituindo suas identidades. Ao procurar o convívio da comunidade, acontece que muitas vezes esse surdo é tão diferente que parece haver a necessidade de os surdos explicarem tudo para esse surdo que não esteve no convívio desde sempre. E isso acaba sendo um peso para as pessoas e, de certa forma, até um exercício de paciência. Em outros casos também, esses surdos estão afastados e têm convicções pessoais que divergem do que a comunidade em geral pensa. Nisso travam-se debates e por isso também não é muito tranquilo o convívio desses no ambiente comunitário (Professor/Caxias do Sul).

Na verdade, aqui na nossa cidade, não há mais surdos que estejam estudando em classes inclusivas, pois todos foram atraídos pela escola de surdos. Há apenas um caso de um surdo que estudou em escola inclusiva e que hoje está na universidade. Ele não consegue estabelecer uma relação produtiva com os intérpretes de língua de sinais, parece que não tem identidade, entre outros problemas. Mas penso que esse seja o único caso. A grande maioria ou já inicia na escola de surdos, ou fica um tempo nas classes inclusivas e depois também vai para a escola de surdos (Professor/Santa Maria) 6.

A partir disso, pergunto a vocês: por que, na comunidade surda, as pessoas que dão palestras, que articulam os movimentos surdos continuam sendo sempre as mesmas? Por que não há renovação desses surdos? Continuamos vendo as falas dos mesmos surdos, e não há um rodízio nesse sentido. Mas por que isso? Por que não há a identificação dos surdos mais jovens com as lutas da comunidade? (Professor/Porto Alegre).

Não se identificar com as lutas, não se engajar nelas, não se relacionar produtivamente com intérpretes de língua de sinais, não compartilhar de artefatos da cultura surda e não dominar a língua de sinais são sinônimos da “não-identidade”. Isso se deve ao fato de não serem quaisquer sujeitos, simplesmente, por uma ou por outra característica, que podem compor a comunidade. Há requisitos mínimos, há a necessidade de encontrar-se na mesma intencionalidade e no dever comum. É preciso estabelecer que os surdos que não

⁵ Para cada excerto das entrevistas utilizados neste artigo são identificados primeiramente a condição Professor/Aluno, seguido da cidade em que trabalha ou estuda o entrevistado.

⁶ Como é possível identificar, alguns destes excertos foram produzidos em discussões que envolvem a escola de surdos como um espaço que se confunde com o da comunidade. Ao abordar esse assunto, a “não-identidade” é recorrente.

compartilham esses elementos possuem identidade, mas ela não é interessante para a comunidade, que, portanto, não a reconhece.

De qualquer forma, importa que a atribuição comunitária, ou seja, a qualidade de viver em comunidade, é relacionada à positividade que esta carrega. A comunidade “é, hoje, a última relíquia das utopias da boa sociedade de outrora; é o que sobra dos sonhos de uma vida melhor, compartilhada com vizinhos melhores, todos seguindo melhores regras de convívio” (BAUMAN, 2001, p. 108). Dessa forma, não é necessário ali, barganhar, convencer, dissuadir. Todos estão em nome de um mesmo propósito maior. Os outros propósitos, as outras facetas que compõem uma identidade não são – como não poderiam ser – de uma dissonância expressiva, ou a dissonância, ainda que expressiva, não fere a intencionalidade maior e a segurança que se busca na comunidade. Em suma, sua discrepância não pode representar perigo.

A partir desse panorama e retomando o espaço da comunidade surda, pode-se perguntar: existe uma referência que pauta a organização da comunidade? Não seria aquele paraíso impossível de ser alcançado e de ser vivido que norteia o grupamento dos sujeitos surdos nessa comunidade? Se a comunidade se forja justamente *sendo* melancolia (ESPOSITO, 2009), hiato, falta, ela logicamente não pode transpô-los, pois deixaria de ser. Assim, não estaríamos falando apenas do desejo de segurança e de fortalecimento que é conseguido unicamente na soma do *eu* e do *outro mesmo*?

A partir desses questionamentos e do empreendimento de delimitação das bases sobre as quais se assentam as práticas comunitárias, é possível, neste momento, voltar o olhar para os sujeitos surdos e para o modo como a congregação destes se dá, sobretudo, em torno do que se convencionou denominar *artefatos culturais do povo surdo*.

O espaço da comunidade pode servir para as relações cotidianas, para bater um papo, para o compartilhamento dos elementos da cultura, [...] para convidar pessoas para participar, já que a comunidade surda não é formada apenas por surdos, mas pelos que estão próximos desses, mesmo os ouvintes. O objetivo maior é a língua de sinais. Dessa forma, a comunidade surda e a cultura surda estão muito ligadas (Professor/Santa Maria).

É fato que a língua de sinais tem destaque na comunidade por ser a marca maior da cultura. Muito visível, ela é conectora de membros que compõem uma comunidade sem território. Talvez a relevância de apontar sobre o que (qual lei, qual interesse, qual

propriedade) se sustenta a organização da comunidade surda esteja localizada na possibilidade de apontar o caráter adventício de tal reunião de sujeitos. Para desenvolver melhor esse pensamento ante os ares de naturalidade assumidos pela união dos mesmos em comunidade, Bauman diz que:

[...] sem muita consideração pela lógica, outras comunidades postuladas, enquanto reivindicam seus próprios “nichos na sociedade”, [querem] tirar sua lasquinha na etnicidade e [inventam] cuidadosamente suas próprias raízes, tradições, história compartilhada e futuro comum – mas, antes e acima de tudo, sua cultura separada e singular, que por causa de sua genuína ou putativa singularidade merece ser considerada “um valor em si mesma” (2001, p. 125).

Essas palavras, aproximadas do contexto aqui analisado, parecem trazer em poucas linhas o fenômeno observável que sustenta a comunidade surda. É especialmente na busca e na argumentação em favor dos artefatos culturais do povo surdo que se mantém toda a comunidade. É também através deles que a barganha pelo território físico e simbólico surdo se sustenta, especialmente tendo em vista que a cultura se tornou um modo legítimo ao qual recorrem os povos para demarcar um espaço e criar seu próprio nicho na sociedade. A identidade comum, aqui, também apela ao compartilhamento cultural. É nesse contexto que é possível retirar a naturalidade da união na comunidade e, ao invés disso, atribuir condições – permanentemente (re)inventadas – a partir das quais emerge a necessidade da busca pela proteção comunitária.

Através de produções que abordam a questão da comunidade surda, pode-se apontar como o viver em comunidade vem atrelado à segurança e, por isso, à possibilidade de enfrentar fraquezas individuais. Uma fraqueza comunitária tem outra dimensão, outra importância, outra força. "

[...] uma comunidade surda é um grupo de pessoas que vivem num determinado local, partilham os objetivos comuns dos seus membros e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançarem seus objetivos (PADDEN; HUMPHRIES, 1988, s/p).⁷

É possível considerar que uma mirada às conexões comunitárias do passado até o presente contribuiria sobremaneira para este estudo. Esta seria uma forma de entender a

⁷ A citação utilizada de Padden e Humphries foi retirada de uma obra clássica e de forte referência para o movimento surdo. O intuito de utilizá-la é unicamente apontar como a comunidade vem sendo percebida e como sua importância circula entre os envolvidos com a surdez, e não embasar teoricamente as discussões sobre comunidade feitas neste trabalho.

constituição das comunidades surdas. No entanto, pelo objetivo desta pesquisa, parece ser mais relevante ocupar-se de marcar que a comunidade surda vem sendo reforçada na mesma proporção em que os artefatos culturais surdos vão sendo legitimados.

A escola de surdos, para mim, tem um significado importante, especialmente pela questão identitária, haja vista que aqui estou com os meus pares surdos. Além disso, o fato de as disciplinas serem interpretadas, o uso constante da Língua de Sinais, o SignWriting, enfim, elementos característicos da cultura surda, favorecem a aprendizagem e também a construção dessa identidade surda (Aluno/Santa Maria).

Os artefatos aparecem localizados no reforço da escola. No entanto, em contexto, são frutos da comunidade, que investe na escola e a impregna com os artefatos culturais. De qualquer forma, importa que, mesmo falando em escola, são artefatos que pertencem à comunidade e que são legitimados também no espaço escolar, embutindo forças na própria comunidade. Para pensar nesta, no entanto, é necessário conceber a Contemporaneidade como um período fortemente marcado pelo desvanecimento das fronteiras que outrora marcavam com certa segurança os limites das relações e o lugar que deveria ser ocupado pelas coisas. Uma sociedade já marcada por uma ordem que, apesar de contingente, apresentava traços de solidez tem hoje um ordenamento que se mostra ainda mais abrangente e eficaz, com caráter sutil, deslizante por entre limites movediços, fugidios, não-capturáveis.

Nesse sentido, tentar entender o pertencimento à comunidade surda e afirmar que o sujeito está nela significa dizer que não está fora. Tal afirmação implica condutas apropriadas e aceitáveis no âmbito comunitário, o que garantiria a não-travessia da barreira, da cartografia traçada no delineamento do território comunitário. A *mesmidade comunitária* é buscada em detrimento do *eu*, ou seja, há um apagamento da identidade una em favor da busca pela identidade do grupo, até o limite em que o *eu* se torna o *outro*.

Essa busca pelo grupo passa inevitavelmente por um entendimento entre os membros da comunidade. Contudo, existe a necessidade de compreender o caráter não-natural desse entendimento comum. São acordos forjados, barganhados, negociados e praticados até o momento em que são subjetivados pelos elementos da comunidade e passam a assumir ares de naturalidade, não mais sendo questionados ou impugnados. A partir dessa análise, seria possível traçar uma gama de “entendimentos” que dão sustentação à comunidade surda. No entanto, não é pretensão ocupar-se disso; pretende-se trazer, neste contexto, a cultura surda

como reguladora de ações e como base para que o entendimento comunitário funcione e faça com que a comunidade surda opere como o espaço que fornece segurança e acolhimento.

O fortalecimento desse espaço requer o reforço dos cuidados com suas fronteiras para que nada passe por elas. Para tal, a própria comunidade recorre a estratégias de ordenamento, criando categorias que coordenem seu interior. Produções recentes, como, por exemplo, diferenciações entre “comunidade surda” e “povo surdo” (STROBEL, 2008), dão visibilidade ao desejo de uma “pureza surda” que servirá como pilar de sustentação para a organização da comunidade. Torna-se visível uma tendência à adjetivação da alteridade, na qual apenas algumas facetas são aceitáveis. “Porque se multiplicam suas identidades a partir de unidades já conhecidas, extremam-se os nomes sobre os nomes já pronunciados. Somente alguns poucos retalhos de sua alma são autorizados” (SKLIAR, 2003, p. 196-197).

Assim, tem-se que a identidade é constituída a partir das tramas culturais discursivas. A cultura pode ser tomada como “constitutiva da vida social, ao invés de uma variável dependente” (HALL, 1997, p. 27). Isso faz parte da tomada da cultura como um conjunto de significados compartilhados que dá o tom a toda e qualquer ação social não-instintiva dos sujeitos, e é através dela que estes regulam suas condutas em relação a si e aos outros.

A cultura, historicamente, também é fator de ordenamento, de classificação, de formação de grupos sociais. Isso ocorre a partir do momento em que cada grupo significa com mais ou menos relevância determinados artefatos (VEIGA-NETO, 2004; Id., 2006). Tais significações são produzidas na ambivalência da linguagem, que embasa o movimento de tensão entre as culturas, dando sustentação para o processo de ordenamento da sociedade e aproximando, definitivamente, a cultura das relações de poder.

A partir da transformação semântica sofrida na Modernidade pela palavra *cultura*, tornou-se um imperativo discuti-la não mais mantendo a centralidade produtiva – descrever o que é cultivado por determinado povo que compartilha determinados elementos culturais e não outros. No caso dos sujeitos surdos, não parece mais ser tão oportuno pontuar os artefatos e as manifestações culturais mais evidentes que marcam a cultura surda. Urge discuti-la dentro de outra perspectiva que ela assume: a de operadora de elementos de classificação e ordenamento. Esse movimento toma corpo no momento em que a cultura passa, a partir dos jogos de linguagem, a determinar o que de melhor havia nas produções da humanidade e, por conseguinte, ser critério determinante nos movimentos de segregação e de exclusão.

Se concebermos que exista “A Cultura” – no singular por ser única e com inicial maiúscula por se sobrepôr ao restante (VEIGA-NETO, 2006) –, é possível verificar, dentro de

um jogo de forças, qual seria essa cultura em detrimento de outras. Retomando o jogo de atribuição de sentidos, “dizer ‘é isso’ não supõe a existência de um ‘isso’, mas a existência da capacidade, do poder, de dizer ‘é isso’” (SILVA, 2002, p. 40). No contexto deste estudo, essa posição é facilmente ocupada pela cultura ouvinte por ela ser majoritária. Se tomada dessa forma, a díade ouvinte/surdo está composta, bem como a determinação dos lugares a serem ocupados nela pela comunidade surda.

Um exemplo que acontece aqui na nossa escola. O setor de psicologia tem todo um discurso sobre a importância de que os alunos sejam retirados das aulas em alguns momentos para fazer a terapia fonoaudiológica⁸. Ok, podem fazer, mas no horário da aula de língua de sinais não! Eles argumentam que é a única hora na qual isso é possível, e eu retruco dizendo que, se retirarem o aluno, ele não poderá mais voltar. Para eles, estou sendo radical, querendo impor as questões da surdez, mas não é isso, o problema é que isso atrapalha. Há sempre muitos argumentos, de que o surdo não pode em outro horário, mora longe, etc. Eu até compreendo isso, mas, com tantos horários de tantas outras disciplinas, por que no horário das aulas de língua de sinais? Defende-se tanto que a língua de sinais é a primeira língua do surdo, então por que é justamente essa aula da qual se poderia retirar o aluno?(Professor/Caxias do Sul).

A fala acima toma o movimento em que, no ambiente escolar, são postos lado a lado interesses da comunidade surda e preceitos vividos e defendidos pela normalidade ouvinte. Outro reforço para isso está na recorrente busca dos surdos por “igualar-se” aos ouvintes através da sua cultura e identidade.

De certa forma, isso implica a construção de uma identidade que se põe em condições de igualdade em relação à ouvinte. Através desses elementos todos é que é possível que a identidade surda não fique aquém da ouvinte, já que garante aos surdos o direito a elementos importantes da sua cultura, da mesma forma como acontece na aprendizagem dos ouvintes (Aluno/Santa Maria).

Os ouvintes estão a todo momento em contato com outras referências, sendo estimulados e criando as suas projeções de vida. É necessário que isso também ocorra com os surdos, através da presença de exemplos positivos (Aluno/Santa Maria).

⁸ A referida escola possui, dentro de sua estrutura física, uma clínica fonoaudiológica. Tal “herança” não faz parte da estrutura organizacional da escola, ou seja, não compõe formalmente as atividades educacionais, como outrora compusera. A clínica recebe pessoas que não estudam na escola e também é aberta aos alunos cujas famílias fazem a opção pela terapia de reabilitação.

Isso mostra o quanto a constituição do sujeito surdo ainda é carregada fortemente pelo peso e pelas implicações do binômio ouvinte/surdo. Esse movimento coloca-se como pilar de sustentação de muitas das assimetrias de poder entre comunidades surda e ouvinte. Isso acontece porque a alteridade deficiente é produzida quando a cultura é colocada nessa lógica, já que as produções culturais de uma comunidade anormal acabam se constituindo nos limites da norma.

Tal alteridade é produzida através da forma como se concebe a diferença. A tomada da diferença pela oposição talvez seja uma das brechas mais largas que a Modernidade encontrou para, entre elas, fazer brotar suas díades classificatórias e excludentes. Aqui, a diferença emerge pelo que *não* se é – a diferença que comunga da falta e que é pensada pela ideia do contrário. Nessa lógica, a alteridade será sempre deficiente. Do não-ser.

Vê-se que o agrupamento comunitário agrega muitos elementos além do simples e difundido sentimento de ser surdo, justificado unicamente pela existência mesma e de compartilhar da mesma cultura. Pertencer a esse espaço, ter em comum a mesma intencionalidade, envolve uma gama de elementos que levam àquela intencionalidade comum à qual se refere Bauman. A comunidade surda, a partir desse entendimento, é facilmente descolada da simplicidade que assume quando posta como o espaço da liberdade e de viver livremente a cultura.

4 NOTAS FINAIS

Para finalizar este artigo, é oportuno retomar o que se colocou no início dele como questões a serem respondidas: *como a comunidade surda se organiza e chega a ser narrada como um local privilegiado de conforto e segurança para a diferença surda? E: como as condições de pertencimento à comunidade surda são condicionadas ao movimento de legitimação de seu capital cultural e ao compartilhamento deste por seus membros?*

Seria incoerente encerrar a discussão realizada aqui elencando respostas aos questionamentos acima. Entretanto, algumas notas foram apreendidas do exercício analítico aqui realizado.

- O primeiro deles tange aos contornos da *estrutura da comunidade*. Falar em estrutura comunitária não parece ser condizente com a perspectiva na qual se inscreve este

estudo. No entanto, é possível esclarecer que a estrutura referida não é determinada *a priori*, mas constituída na história, sempre móvel e contingente. A fluidez da Contemporaneidade determina uma certa (des)estabilidade aos contornos comunitários. Nesse jogo, a comunidade surda, como qualquer outra formação comunitária, tem determinados contornos que se fazem necessários pelo contexto político.

- Pertencer a uma comunidade implica vincular-se a um código de convívio que se forja a partir de uma intencionalidade comum. No caso da comunidade surda, a referência que pauta a sua organização é o que se convencionou chamar de artefatos culturais do povo surdo. A partir do momento em que a comunidade se põe definida por propriedades comuns, participar mais ou menos, ser mais ou menos ativo nela se relaciona com quanto cada sujeito tem em comum e com o quanto pode/deseja mover-se pela lei da comunidade.
- Ainda sobre a convergência da comunidade surda sobre seu capital cultural, este passa a fazer às vezes (também) de argumento. Os artefatos culturais assumem o papel de norteadores do sentimento comum que move uma comunidade. Em outras palavras, como é recorrente nas falas dos sujeitos dessa comunidade, os surdos reúnem-se porque compartilham da mesma cultura. O objetivo de cada um desses sujeitos passa a ser “viver a cultura” com liberdade, sem repressão ou opressão. A possibilidade de isso acontecer efetivamente renderia um estudo ainda maior do que este, mas o que está em questão é a formação de um regime de verdade que sustenta toda a comunidade.

ORGANIZATION PRACTICES OF THE DEAF COMMUNITY: ARTICULATIONS FROM CULTURE

Abstract

The deaf community has often been understood as a safe place in which the deaf difference can be reliably and cozily experienced. The aim of this paper is to understand how the deaf community is organized and narrated as such. Post-structuralist studies have been used to analyze the materials produced for this research. Deaf teachers and students from deaf schools who have actively participated in community movements were interviewed. The analysis of

the materials has shown that belonging to a community involves following a living code created with a common intention. In the deaf community, the reference grounding its organization is what has been known as cultural artifacts of deaf people. However, belonging to the community is delimited by the extent to which one is able or willing to move in accordance to the community rules. Thus, we can see that the community aggregates elements other than just the feeling of being deaf, only justified by sharing the same culture.

Keywords: Community Organization; Deaf Culture; Deaf Community

PRÁCTICAS DE ORGANIZACIÓN DE LA COMUNIDAD SORDA. ARTICULACIONES A PARTIR DE LA CULTURA

Resumen

La comunidad sorda viene siendo entendida frecuentemente como un espacio de seguridad en la cual la diferencia sorda puede ser vivida con confiabilidad y acogimiento. El objetivo de este artículo es comprender como la comunidad sorda se organiza y llega a ser descrita como tal. Se partió de estudios de vertientes pos-estructuralistas para analizar la materialidad producida para esta investigación. Fueron realizadas entrevistas con profesores y alumnos sordos, integrantes de escuelas específicas para sordos y participantes activos de los movimientos comunitarios. Con el análisis de estos aspectos, se discutió que pertenecer a una comunidad implica vincularse a un código de convivencia que se forja a partir de una intencionalidad en común. En el caso de la comunidad sorda, la referencia que orienta su organización es de los llamados artefactos culturales del pueblo sordo. Entretanto, la relación de pertenencia a la comunidad puede ser delimitada por cuánto cada sujeto desee/pueda moverse por su propia ley. Véase así, que la agrupación comunitaria agrega muchos elementos además del simple sentimiento de ser sordo, justificado únicamente por el hecho de compartir la misma cultura.

Palabras clave: Organización Comunitaria. Cultura Sorda; Comunidad Sorda

REFERÊNCIAS

- Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 3, p. 125-141, Set./Dez. 2015.*
<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>

CAMATTI, L.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMATTI, Liane. *A emergência do sujeito pedagógico surdo no espaço de convergência entre comunidade e escola de surdos*. 2011. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFSM, Santa Maria.

ESPOSITO, Roberto. *Comunidad, inmunidad y biopolítica*. Espanha: Herder, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 16 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GALLO, Silvio. *Deleuze & a educação*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997, p.15-46.

PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. *O surdo na América: vozes de uma cultura*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

ROSE, Nikolas. The death of the social? Re-figuring the territory of government. *Economy and society*. London: Routledge, v. 25, n. 3, p. 327-356, august, 1996.

SILVA, Tomaz. T. Dr. Nietzsche, curricularista – com uma pequena ajuda do professor Deleuze. In: MOREIRA, F.B.M.; MACEDO, E. F. (Orgs.). *Currículo, práticas pedagógicas e identidades*. Porto: Porto Editora, 2002. p. 35-52.

SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Marisa. V. (Org.). *Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura e cinema*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2004. p. 37-72.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura e Natureza; cultura e civilização: precauções quase metodológicas. In: SOMMER, Luis H.; BUJES, Maria. I. E. (Orgs.). *Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens*. Canoas: Editora da Ulbra, 2006. p. 305-315.

Data de recebimento: 04/05/2015

Data de aceite: 17/09/2015